

# Hora de discutir

por Walter Marques  
de Brasília

Uma das questões mais discutidas durante a reunião dos líderes e vice-líderes do PDS com os ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvães, da Fazenda, na última quarta-feira, no Palácio do Planalto, foi a da necessidade de se promoverem negociações que permitam encontrar uma saída política para a crise econômica. Mais especificamente, ao término da reunião, a bússola dos parlamentares e a dos ministros apontavam na mesma direção: negociar com os sindicatos de trabalhadores. Foi o que informou na sexta-feira a este jornal uma fonte categorizada da direção nacional do PDS. A busca de uma solução política para a crise também foi defendida na sexta.

feira pelo deputado Thales Ramalho — que tem sido um assíduo visitante da granja do Ipê, residência oficial do ministro João Leitão de Abreu — e pelo líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan.

Contudo, apesar de entre as lideranças do partido do governo haver muita clareza quanto à necessidade de se trilhar o caminho da negociação política, não havia ainda, até o final da semana, qualquer definição sobre quem deverá conduzir essas negociações com os sindicatos. A instituição governamental que normalmente realiza o contato com as lideranças sindicais é o Ministério do Trabalho. Contudo, durante a reunião com os parlamentares o ministro Delfim Netto sugeriu que esta é uma tarefa que cabe ao PDS.

Segundo apurou este jornal, quando o deputado Nelson Marchezan observou ao ministro que o governo deveria negociar as suas decisões com a sociedade, o ministro deu-lhe o troco respondendo que o instrumento para isso é o partido. Mas o partido nada pode fazer à revelia do governo e até o momento ainda não sabe o que pode e o que não pode conceder.

## SINDICATOS

Mas já é possível indicar, com certo grau de aproximação, quais seriam as dificuldades de um eventual processo de negociação do governo e de seu partido com os sindicatos. Segundo um influente parlamentar do PDS, a negociação direta dos salários — que foi, segundo Marchezan, defendida por Delfim — seria um passo difícil, porque “levaria aquilo que tínhamos em 1963” haveria muita turbulência no período de acomodação, argumentou Marchezan. Ao lado desse argumento